

CONTRATO **CS-XXX/XXXX**

CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS QUE ENTRE SI CELEBRAM A NUCLEBRÁS EQUIPAMENTOS PESADOS – NUCLEP E _____, NOS TERMOS DO EDITAL DE PREGÃO ELETRÔNICO Nº ____/____ - NUCLEP E DEMAIS ANEXOS, CONFORME PROCESSO Nº 0048739.00000722/2021-92.

1.0 DAS PARTES

1.1 NUCLEBRÁS EQUIPAMENTOS PESADOS S/A, empresa pública, localizada na Av. Gen. Euclides de oliveira figueiredo, 200 – Brisamar - Itaguaí – RJ, inscrita no CNPJ nº 42.515.882/0003-30, doravante denominada simplesmente de NUCLEP, podendo ser representada neste ato nos termos do Estatuto Social da Nuclep, e _____ doravante denominada **CONTRATADA**, inscrita no CNPJ sob o nº _____, com sede em _____, representada por _____, RG _____, CPF _____, na qualidade de _____, em conformidade com o processo nº _____, têm entre si, justo e acordado o presente Contrato, em conformidade com as seguintes cláusulas e condições:

2.0 DO PROCEDIMENTO

2.1 O presente instrumento de Contrato vincula-se aos termos do Edital de Licitação Pregão Eletrônico nº XXX/201X - NUCLEP e da proposta de preços, parte integrante do presente Termo de Contrato como Anexo II, da Lei 13.303/16, da Lei 8.078/90 – Código de Defesa do Consumidor e do Regulamento de Licitações e Contratos da NUCLEP.

3.0 DO OBJETO

3.1 Prestação de serviços contínuos de fretamento para o transporte dos empregados da NUCLEP, no total de 03 veículos tipo VAN , com serviço aferido por quilômetro rodado, conforme os detalhamentos técnicos e operacionais, quantidades, exigências, estimativas, especificações e condições constantes no Termo de Referência - TR (Anexo I) e no presente instrumento.

4.0 DA DESCRIÇÃO DOS SERVIÇOS

4.1 Na prestação do serviço de fretamento para o transporte dos empregados da NUCLEP, no total de 03 veículos tipo VAN, com serviço aferido por quilômetro rodado, será observado as especificações e condições estabelecidas no Termo de Referência e:



4.2 O serviço deverá ser iniciado impreterivelmente em 20 de janeiro de 2022.

4.3 Os serviços serão executados nos dias úteis de 2ª a 6ª feira, aos sábados, domingos e feriados, conforme horários demandados pela NUCLEP, realizando o transporte de pessoal para atender os três turnos de trabalho:

4.3.1 O turno administrativo das 07:40h às 16:40h;

4.3.2 O segundo turno de trabalho das 15:50 às 00:27 horas; e

4.3.3 O primeiro turno das 23:55h as 8:10h.

4.4 Os Serviços prestados conforme descrito abaixo:

01 – VAN TURNO ADMINISTRATIVO	
Dias de utilização	Segunda-feira à Sexta-feira (Dias úteis)
Quantidade de Vans	1
Horário estimado início e fim dos serviços	06:50 ÀS 17:10
KM estimada mensal	1380
KM estimada anual	16560

02 – VANS SEGUNDO TURNO	
Dias de utilização	Segunda-feira à Sexta-feira (Dias úteis)
Quantidade de Vans	ATÉ 2
Horário estimado início e fim da prestação dos serviços	14:00 às 01:45
KM estimada mensal	3800
KM estimada anual	45600

03 – VANS FINS DE SEMANA E FERIADOS	
Dias de utilização	Sábados, domingos, feriados e dias de dispensa de jornada na Nuclep (emendas de feriados)
Quantidade de Vans	ATÉ 3
Horário estimado início e fim dos serviços	Turno Administrativo 06:00 às 18:30
	Segundo Turno 14:00 às 01:45
KM estimada mensal	1700
KM estimada anual	20400

4.5 Descrição detalhada dos serviços:

4.5.1 01 VAN utilizada no Turno Administrativo, de segunda-feira à sexta-feira, para serviços descritos abaixo dentro do horário estimado de 06:50 às 17:10:



4.5.1.1 LINHA ADMINISTRATIVA DE CHAPERÓ - Linha diária realizada de segunda à sexta, nos dias úteis com expediente normal na Nuclep. Rota fixa Chaperó (Itaguaí)X Nuclep X Chaperó (Itaguaí);

4.5.1.2 TERMINAL MARÍTIMO (PORTO NUCLEP) – Serviço diário de segunda à sexta, nos dias úteis com expediente normal na Nuclep. Rota fixa Rodoviária Nuclep X Terminal Marítimo X Rodoviária da Nuclep; e

4.5.1.3 EXAME PERIÓDICO- Serviço esporádico realizada por demanda quando houver necessidade da Nuclep. Rota fixa Nuclep X SESI (SANTA CRUZ) X NUCLEP.

4.5.2 ATÉ 02 VANS utilizadas no Segundo Turno, de segunda-feria à sexta-feira para serviços descritos abaixo dentro do horário estimado de 14:00 às 01:45:

4.5.2.1 LINHAS DO SEGUNDO TURNO (ENTRADA E SAÍDA DOS FUNCIONÁRIOS DO SEGUNDO TURNO) - Linhas diárias realizadas de segunda à sexta, nos dias úteis com expediente normal na Nuclep. O serviço será solicitadode acordo com as necessidades da Nuclep. Rotas variáveis iniciando em sua maioria na Zona Oeste do município do Rio de Janeiro.

4.5.3 ATÉ 03 VANS utilizadas nos sábados, domingos e feriados e dias de emenda de feriado para os serviços descritos abaixo dentro dos horários estimados de 06:00 às 18:30 (para Vans solicitadas para o Turno Administrativo) e 14:00 às 01:45 (para Vans solicitadas para o Segundo Turno).

4.5.3.1 LINHAS ADMINISTRATIVAS (ENTRADA E SAÍDA DOS FUNCIONÁRIOS DO TURNO ADMINISTRATIVO) – Linhas realizadas nos fins de semana e feriados. O serviço será solicitado de acordo com as necessidades da Nuclep. Rotas variáveis abrangendo diversos bairros dos municípios de Itaguaí e Rio de Janeiro.

4.5.3.2 LINHAS DO SEGUNDO TURNO (ENTRADA E SAÍDA DOS FUNCIONÁRIOS DO SEGUNDO TURNO) - Linhas realizadas nos fins de semana e feriados. O serviço será solicitado de acordo com as necessidades da Nuclep. Rotas variáveis abrangendo diversos bairros dos municípios de Itaguaí e Rio de Janeiro.

4.5.4 Nos fins de semana e feriados, em caso de necessidade, a Nuclep poderá solicitar o reaproveitamento da Van utilizada no turno administrativo para utilizar também no segundo turno, devendo a contratada atentar para a troca de motoristas para não ultrapassar o limite de jornada permitida.

4.5.5 As Rotas das linhas/ serviços atendem: Zona Norte, Zona Oeste, Costa Verde, Itaguaí, Baixada Fluminense , podendo haver outros locais programados não listados.

4.5.6 A Nuclep informará ao preposto do contrato a quantidade de Vans e as rotas programadas para a semana seguinte às quintas -feiras.

4.5.7 A Nuclep informará ao preposto contrato a quantidade de Vans e as rotas programadas para o fim se semana às sextas-feiras.



4.5.8 As quilometragens informadas no Termo de Referência são estimadas, e somente serão pagas as quilometragens efetivamente rodadas aferidas pelo sistema, geradas por relatórios.

4.5.9 A estimativa de quilometragem foi encontrada a partir da média da quilometragem rodada dos serviços por horário da utilização das Vans.

4.5.10 O saldo mensal de quilometragem estimado não utilizado é cumulativo para os meses subsequentes.

4.5.11 Os horários especificados no Termo de Referência devem ser cumpridos pela CONTRATADA, obrigando-se a colocar os veículos em perfeitas condições de trafegar, nos pontos de embarque, com no máximo, 10 (dez) minutos de antecedência dos horários de partida.

4.5.12 Os veículos deverão ser ligados com no mínimo 15 minutos antes do horário marcado para o serviço prestado, mantendo a climatização interna do veículo ideal para utilização dos usuários.

4.5.13 Na hipótese de alguma excepcionalidade que:

4.5.13.1 Atraso do serviço - O empregado da NUCLEP deverá aguardar no ponto de embarque até 30 (trinta) minutos após a hora marcada para embarque ao veículo. Após esse lapso de tempo, poderá o mesmo se utilizar de meios próprios para chegar à unidade fabril, aplicando-se a mesma sistemática no retorno dos empregados às suas residências;

4.5.13.2 Os valores despendidos pelos empregados serão glosados na fatura da CONTRATADA, independentemente da aplicação da penalidade correspondente; e

4.5.13.3 Não transportar os empregados da NUCLEP devidamente programados - a mesma deverá arcar com os custos do não cumprimento do serviço, exceto por motivo de força maior devidamente comprovado, ou atos do Poder Público que venham a impedir o tráfego de veículos.

4.5.14 Para efeitos do citado na cláusula 4.5.30, consideram-se casos fortuitos ou de força maior as seguintes ocorrências:

4.5.14.1 Calamidade pública;

4.5.14.2 Acidente de trânsito;

4.5.14.3 Obras emergenciais nas vias públicas que gerem impedimentos do fluxo normal de veículos;

4.5.14.4 Quedas de barreiras e deslizamentos do solo; e

4.5.14.5 Atolamentos e inundações.



4.5.15 A CONTRATADA deverá prever VAN RESERVA que deverá ser previamente cadastrado, para quando for preciso realizar alguma substituição ou resgate de outro(s) que apresente eventuais problemas. De forma que, os veículos substituídos deverão dispor do mesmo sistema de monitoramento que os demais, especificados na Cláusula 4.5 DOS ACESSÓRIOS.

4.5.15.1 Deverão existir pontos estratégicos, definidos pela CONTRATADA, para assegurar que o acionamento do VAN reserva contribua com rapidez para possíveis substituições, cabendo à CONTRATADA tomar todas as providências necessárias. A renição/troca de veículos deverá ser feita no prazo máximo de 1(uma) hora.

4.5.15.2 Em caso de acionamento de veículo RESERVA, a quilometragem a ser considerada para faturamento, será aquela computada a partir do ponto de encontro entre o veículo a ser substituído/veículo substituído, conforme verificado no GPS.

4.5.16 Sempre que, após vistorias realizadas pela NUCLEP e a seu juízo, os veículos estiverem comprometendo a segurança ou a normalidade de seu funcionamento, serão encaminhados relatórios com os apontamentos verificados ao preposto da CONTRATADA, que deverá realizar substituições por outros veículos, do mesmo tipo e modelo, até que apresente a gestão do contrato, fundamentos atestados pela operação técnica pertinente, para que o carro retorne às atividades.

4.5.17 Excepcionalmente, e por prazo determinado pela NUCLEP, a fim de se evitar atrasos e/ou prejuízo à CONTRATANTE, poderá ser admitido veículo diferente do que fora removido, no entanto, aquele deverá cumprir com todas as especificações técnicas, bem como acessórios exigidos por lei e os solicitados no objeto deste TR.

4.5.18 Compete à CONTRATADA manter os veículos segurados com cobertura total e assistência 24 horas, no período de execução dos serviços, ficando a NUCLEP isenta plenamente de responsabilidade em relação a quaisquer danos materiais, morais, pessoais ou pecuniários, inclusive de terceiros e franquias, decorrentes da utilização dos serviços da seguradora.

4.5.19 Todas as despesas que tiverem de ser realizadas para o fiel cumprimento dos serviços estabelecidos, inclusive as relativas a combustíveis, lubrificantes, salários, gratificações, horas extras, adicionais, indenizações, encargos decorrentes de leis trabalhistas e da Previdência e Assistência Social, conservação, operação, lavagem, lubrificação e manutenção dos veículos (incluindo reparos e/ou substituições de PNEUS), multas, pedágios, tributos, licenciamentos diversos, bem como seguro total, inclusive dos passageiros, relativo aos veículos contratados são de responsabilidade da CONTRATADA.

4.5.20 Os quilômetros rodados relativos aos: deslocamentos em função de abastecimento, serviços de manutenção, guarda dos veículos na garagem determinada pela CONTRATADA, trajeto entre GARAGEM X PONTO INICIAL, PONTO FINAL X GARAGEM, ou quaisquer outros efetuados por interesse da CONTRATADA, não serão considerados para efeito de faturamento.



4.5.21 No valor dos serviços contratados deverão estar inclusas todas as despesas que tiverem de ser realizadas para o fiel cumprimento dos serviços estabelecidos, cabendo a NUCLEP tão somente o pagamento do serviço prestado.

4.5.22 A CONTRATADA deverá fornecer relatório de planejamento e execução de manutenção dos veículos sempre que solicitado pela NUCLEP.

4.5.23 Cumprimento, pela CONTRATADA, na execução da prestação de serviços, da legislação estadual e municipal, além da federal, e de todas as disposições contidas no Código Nacional de Trânsito em vigor, principalmente aquelas relacionadas às questões de segurança dos veículos e dos passageiros, sem que isso represente qualquer repasse para os preços contratados;

4.5.24 A CONTRATADA deverá fornecer todos os equipamentos e insumos necessários à perfeita realização do serviço, devendo os equipamentos estar em perfeitas condições de uso e os insumos serem de primeira qualidade.

4.5.25 A CONTRATADA deverá arcar com todas as despesas de insumos e equipamentos para o provimento dos serviços.

4.5.26 A CONTRATADA deverá se responsabilizar por toda a implantação/migração/treinamento da gestão de frota com sistema GPS e sistema de controle de acesso, bem como fornecer acesso online aos sistemas para os empregados definidos pela CONTRATANTE.

4.5.27 Disponibilidade de um preposto formalmente designado pela CONTRATADA, apto a prestar todos os esclarecimentos que se fizerem necessários com poderes de representação da CONTRATADA perante a Instituição, deliberando em todas as questões relacionadas com a execução dos serviços, com no mínimo, ensino médio completo. Uma vez indicado pela CONTRATADA e aceito pela NUCLEP, deverá apresentar-se a unidade fiscalizadora, em até 5 (cinco) dias úteis após a assinatura do contrato, para firmar, juntamente com o funcionário designado para esse fim, o Termo de Abertura do Livro de Ocorrências.

4.5.28 A CONTRATADA deverá disponibilizar, para o preposto, aparelho e linha móvel como instrumento de comunicação, caso seja necessário contato fora do horário estabelecido no TR e arcar com todos os gastos inerentes às atividades do mesmo, na prestação do serviço.

4.5.29 Não colocar, sob nenhuma hipótese, em qualquer das partes dos veículos utilizados nos serviços, cartazes, faixas, anúncios, bandeiras de times, etc., a título de propaganda ou manifestação de preferência, sem o prévio consentimento da NUCLEP.

4.5.30 Todas as informações relativas aos serviços itinerários, pontos de parada, embarque e desembarque, bem como os horários de partida e de chegada, serão comunicados formalmente pelo Fiscal designado pela CONTRATANTE e só poderão ser modificados exclusivamente por este, salvo em razão de casos fortuitos, emergenciais ou de força maior. Em casos de impossibilidade de comunicação pelo Fiscal, a comunicação será feita pelo fiscal substituto;



4.5.31 A unidade de medida para o pagamento dos serviços prestados é quilômetro rodado.

4.5.32 As quantidades e quilometragens apresentadas na tabela no anexo IV do TR são estimadas, com o objetivo de realizar uma previsão de demanda, não havendo, por parte da NUCLEP a obrigação de pagar por aquelas quantidades previstas, mas apenas pelas rotas efetivamente realizadas, comprovadas com auxílio de plotagens e/ou relatórios de GPS.

4.5.33 A CONTRATADA deverá zelar para que sejam cumpridas as normas relativas à saúde e segurança do trabalho, vigente no Brasil.

4.5.34 Os motoristas dos veículos deverão ser funcionários da CONTRATADA. Assumindo, diariamente, os veículos devidamente uniformizados e com aparência pessoal adequada.

4.5.35 A CONTRATADA deverá atender as solicitações de substituição definitiva de motorista, no prazo máximo de 03 (três) dias úteis.

4.5.36 A CONTRATADA deverá manter rotina rigorosa com a limpeza dos veículos antes e depois das viagens.

4.5.37 A CONTRATADA poderá utilizar o restaurante da NUCLEP para alimentação dos seus empregados, desde que os valores correspondentes sejam acertados e pagos diretamente à concessionária do referido restaurante.

4.5.38 A CONTRATADA reconhece expressamente que o presente instrumento não gera entre as partes qualquer vínculo empregatício face à completa ausência dos elementos configuradores da relação de emprego.

4.5.39 Caso a CONTRATADA não possua por ocasião da assinatura do contrato com a NUCLEP, sede ou filial com capacidade administrativa e operacional no Município do Rio de Janeiro ou no Grande Rio deverá, após assinatura do contrato, instalar um posto de atendimento no prazo de 30 dias para fiel e perfeita execução do contrato.

4.5.40 Não se valer do futuro Contrato para assumir obrigações perante terceiros, dando-o como garantia, nem utilizar os direitos de crédito, a serem auferidos em função da execução dos serviços, em quaisquer operações de desconto bancário, sem prévia autorização da NUCLEP.

4.5.41 Na hipótese de dúvida quanto à exatidão dos faturamentos emitidos pela CONTRATADA, a NUCLEP se reserva o direito de glosar a parte da fatura correspondente até que a CONTRATADA comprove a sua exatidão.

4.5.42 Após assinatura do contrato, a CONTRATADA autoriza a ADMINISTRAÇÃO efetuar desconto nas faturas oriundas de sanções administrativas e/ou valores cobrados indevidamente.

4.6 DOS ACESSÓRIOS:



4.6.1 SOFTWARE DE CONTROLE DE ACESSO:

4.6.1.1 Os veículos deverão ser equipados com sistema de acesso que permita, através de relatórios, as seguintes informações:

4.6.1.1.1 Controle da frequência dos passageiros;

4.6.1.1.2 Passageiros identificados por linha cadastrada x utilizada;

4.6.1.1.3 Horários de embarque;

4.6.1.1.4 O sistema deverá gerar relatórios para exportação nos formatos .PDF e .XLS; e

4.6.1.1.5 Caso a CONTRATADA venha migrar para sistema diferente do existente, deverá se responsabilizar por todos os arranjos na adaptação, inclusive crachás de acesso.

4.6.2 GLOBAL POSITIONING SYSTEM – GPS:

4.6.2.1 Os veículos deverão ser equipados com GPS que permita, através de relatórios, as seguintes informações:

4.6.2.1.1 Plotagem dos itinerários percorridos, inclusive, em tempo real;

4.6.2.1.2 Informações sobre os veículos da grade NUCLEP;

4.6.2.1.3 Datas e horários iniciais / datas e horários finais;

4.6.2.1.4 Velocidade;

4.6.2.1.5 Endereço especificado;

4.6.2.1.6 Quilometragem percorrida; e

4.6.2.1.7 Possibilidade de consultar Endereços/Ruas/Avenidas etc.

4.6.2.2 A CONTRATADA se responsabilizará por qualquer informação gerada pelo GPS, bem como a manutenção dos equipamentos, pois eles serão utilizados para comprovação de pagamento.

4.6.2.3 Em casos de ausência de informações do GPS (relatórios ou plotagens) a referente a algum serviço ou linha, deverá ser considerado para fins de faturamento a quilometragem de acordo com a rota programada tendo como fonte o Google Maps juntamente com os registros de controle de acesso reservando-se ao direito a contatante de aplicação de penalidade por dia e por ocorrência sobre a falta do localizador.



4.6.2.4 As informações geradas pelo GPS deverão estar mantidas em banco de dados pela CONTRATADA e estar disponível em todo o período que durar o contrato, incluindo as prorrogações.

4.6.2.5 A referência para plotagem e informações pertinentes a ela, encontra-se no anexo III do TR.

4.7 DA VARIAÇÃO NAS QUANTIDADES:

4.7.1 A prestação de serviço listada no Termo de Referência poderá ter variação decorrente das necessidades da NUCLEP, sendo respeitadas, as especificações dos veículos descritas, com os respectivos pagamentos vinculados às quilometragens efetivamente percorridas com o preço unitário do serviço.

4.8 QUALIFICAÇÃO TÉCNICA DOS MOTORISTAS:

4.8.1 Deverão ser disponibilizadas para a prestação dos serviços:

4.8.1.1 Motoristas com carteira nacional de habilitação categoria D com atividade remunerada, com experiência comprovada de pelo menos 2 (dois) anos em Transporte Coletivo Rodoviário, sem apontamentos, dotados de idoneidade, com boa saúde física e mental verificada regularmente e de fácil relacionamento com usuários;

4.8.1.2 Motoristas com curso de Transporte Coletivo, comprovado através de Documentação Legal, que deverá ser apresentado no prazo estabelecido no item abaixo.

4.8.1.3 A documentação deve ser apresentada em até 5 (cinco) dias úteis antes da data de início de prestação de serviços:

4.8.1.3.1 CRLV;

4.8.1.3.2 Certificado de Tacógrafo;

4.8.1.3.3 Certificado de Autorização de Tráfego;

4.8.1.3.4 Certificado de Segurança Veicular;

4.8.1.3.5 Laudo de Inspeção Técnica Veicular;

4.8.1.3.6 PCMSO;

4.8.1.3.7 PPRA;

4.8.1.3.8 CRCF - (protocolo ou documento original, a apresentação será aceita em até 10 dias úteis);

4.8.1.3.9 CNH e CTPS dos motoristas; e

4.8.1.3.10 Certificado válido do curso de Transporte Coletivo.



5.0 DO LOCAL DA PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS

5.1 O serviço será prestado no endereço: Av. Gen. Euclides de oliveira figueiredo, 200 – Brisamar - Itaguaí – RJ.

6.0 DO PRAZO DE EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS

6.1 O prazo limite para início da execução dos serviços é 20 de janeiro de 2022.

7.0 DO VALOR

7.1 Pela execução do objeto contratado, será devido à CONTRATADA o valor total estimado de R\$_____ (_____), correspondente a soma dos valores de R\$_____ (_____) por KM estimado da **VAN 01-TURNO ADMINISTRATIVO**, R\$_____ (_____) por KM estimado da **VAN 02-SEGUNDO TURNO** e R\$_____ (_____) por KM estimado da **VAN 03-FIM DE SEMANA E FERIADO**, conforme proposta apresentada (Anexo II deste Contrato), cujo pagamento observará a Cláusula de Pagamento deste instrumento, e a composição de custos da CONTRATADA.

7.2 Todas as despesas com tributos, encargos sociais e trabalhistas, fretes, embalagens, seguros e quaisquer outras despesas diretas e indiretas que incidam sobre o objeto desta contratação correrão por conta da CONTRATADA.

7.3 A CONTRATADA deverá arcar com os ônus decorrentes de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, devendo complementá-los, caso os quantitativos previstos inicialmente em sua proposta não sejam satisfatórios para o atendimento ao objeto deste Contrato.

8.0 DO PAGAMENTO

8.1 O pagamento será efetuado mensalmente pela NUCLEP em até 30 (trinta) dias, contados da data da entrega da nota fiscal eletrônica/fatura, após a devida conferência e aprovação desta pelo órgão da NUCLEP administrador do contrato;

8.2 Para toda efetivação de pagamento, o CONTRATADO deverá apresentar no mínimo 1 (uma) via do documento fiscal, quando emitido em papel, no Protocolo Geral da NUCLEP, localizado na Av. General Euclides de Oliveira Figueiredo, nº 200, Brisamar, Itaguaí – RJ, no período compreendido entre 08h e 15h, ou encaminhar o documento fiscal, quando emitido eletronicamente, à caixa do setor gestor do contrato no e-mail: nfnuclep@nuclep.gov.br.

8.3 Salvo exceções legais previstas na legislação e regulamentos pertinentes, a CONTRATADA deverá, obrigatoriamente, emitir nota fiscal eletrônica.

8.4 Havendo erro na apresentação da nota fiscal eletrônica/fatura, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, o pagamento ficará sobrestado até que a CONTRATADA providencie as medidas saneadoras. Nesta hipótese, o prazo para pagamento iniciar-se-á após a comprovação da regularização da situação, não acarretando qualquer ônus para a NUCLEP.



8.5 Nos casos de eventuais atrasos de pagamento, desde que a Contratada não tenha concorrido, de alguma forma, para tanto, o valor devido deverá ser acrescido de atualização financeira, e sua apuração se fará desde a data de seu vencimento até a data do efetivo pagamento, em que os juros de mora serão calculados à taxa de 0,5% (meio por cento) ao mês, ou 6% (seis por cento) ao ano, mediante aplicação das seguintes fórmulas:

EM = I x N x VP, sendo:

EM = Encargos moratórios;

N = Número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento;

VP = Valor da parcela a ser paga.

I = Índice de compensação financeira = 0,00016438, assim apurado:

$$I = (TX) \quad I = \frac{(6 / 100)}{365} \quad I = 0,00016438$$

TX = Percentual da taxa anual = 6%

8.6 Os pagamentos serão efetuados através de ordem de pagamento bancária, devendo a CONTRATADA informar à Gerência de Planejamento e Finanças (AF) da NUCLEP o número de sua conta, agência e o banco depositário.

8.7 Na hipótese de dúvida quanto à exatidão dos faturamentos emitidos pela CONTRATADA a NUCLEP se reserva o direito de descontar da fatura ou da garantia prestada até que a contratada comprove a sua exatidão ou a CONTRATADA emitindo a nota fiscal no valor exato autorizado, poderá pleitear a restituição, caso não concorde, no mês subsequente.

8.8 Nas hipóteses abaixo, a NUCLEP se reserva o direito de efetuar a retenção/o desconto da fração inadimplida na nota fiscal eletrônica/fatura ou a glosa no pagamento, sem prejuízo das sanções cabíveis, quando a CONTRATADA:

- a) Deixar de executar ou não executar com a qualidade mínima exigida para as atividades contratadas;
- b) Emitir a nota fiscal eletrônica/fatura com qualquer erro detectado pelo órgão gestor do contrato da NUCLEP;
- c) Na hipótese de dúvida quanto à exatidão da nota fiscal eletrônica/fatura emitida detectado pelo órgão gestor do contrato da NUCLEP.

9.0 DO REAJUSTE

9.1 Será permitido o reajustamento dos preços dos serviços contratados desde que transcorrido 01 (um) ano da data prevista para apresentação da proposta de preço, limitado à variação do IPCA - Índice de Preços ao Consumidor Ampliado, divulgado pelo IBGE, com base na seguinte fórmula:

$$Vr = Va \times (1 + Ia)$$



Onde:

Vr = Valor Reajustado;

Va = Valor Atual;

Ia = Índice Acumulado em 12 (doze) meses, considerados os meses fechados, incluindo-se o índice apurado do mês da data prevista apresentação da proposta ou de seu aniversário

9.2 No caso de substituição ou extinção IPCA, será utilizado, para o cálculo do reajuste, o índice que o substituir e, caso não exista, será negociado entre as Partes outro índice que possua forma similar de apuração.

a) O IPCA poderá ser substituído por índice específico ou setorial relacionado ao objeto contratado, quando couber, desde que reconhecido por órgãos oficiais e justificado por meio de planilha descritiva devidamente detalhada e formalizada pela CONTRATADA.

9.3 Nos reajustes subsequentes ao primeiro será considerada como data-base os aniversários da data prevista para a apresentação da proposta, indicada no caput desta Cláusula.

9.4 Caberá à CONTRATADA a solicitação do reajustamento, devendo, para tanto, efetuar o cálculo do reajuste e apresentar a respectiva memória ou planilha para ser aprovada pela NUCLEP, acompanhada dos documentos comprobatórios dos índices utilizados nos cálculos, para comprovação de sua variação, sob pena de preclusão.

9.5 O demonstrativo de cálculo referenciado no parágrafo anterior será encaminhado formalmente pela CONTRATADA ao gestor do contrato, o qual providenciará a verificação prévia e emitirá manifestação quanto à conformidade ou não da CONTRATADA no atendimento aos requisitos básicos de qualidades e prazos, que deverá ocorrer no prazo de 5 (cinco) dias úteis a contar da data de apresentação do demonstrativo. Seja por meio eletrônico ou através do Protocolo Geral da NUCLEP.

9.6 Após manifestação prévia do gestor do contrato, este encaminhará o pleito da CONTRATADA ao órgão financeiro da NUCLEP, responsável pela análise de cláusulas contratuais de reajuste de preços, que efetuará análise e emissão de pronunciamento técnico em 5 (cinco) dias úteis, a contar da data de recebimento pelo órgão financeiro, do pleito anexo à manifestação do gestor

10.0 DO EQUILÍBRIO ECONÔMICO-FINANCEIRO DO CONTRATO

10.1 A revisão de preços poderá ser solicitada pela CONTRATADA, a qualquer tempo, quando ocorrer fato imprevisível ou previsível, porém, de consequências incalculáveis, retardador ou impeditivo da execução do contrato, ou ainda em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe, configurando álea econômica



extraordinária e extracontratual, que onere ou desonere as obrigações pactuadas no presente Contrato, respeitando-se o seguinte:

- a. A CONTRATADA deverá formular, por escrito, à NUCLEP requerimento para a revisão do contrato, comprovando a ocorrência do fato gerador;
- b. A comprovação será realizada por meio de documentos, tais como, atos normativos que criem ou alterem tributos, lista de preço de fabricantes, notas fiscais de aquisição de matérias-primas, de transporte de mercadorias, alusivas à época da elaboração da proposta e do momento do pedido de revisão;
- c. Com o requerimento, a CONTRATADA deverá apresentar planilhas de custos unitários, comparativas entre a data da formulação da proposta ou do último reajuste e o momento do pedido de revisão, contemplando os custos unitários envolvidos e evidenciando o quanto o aumento de preços ocorrido repercute no valor pactuado.

10.2 Independentemente de solicitação, a NUCLEP poderá convocar a CONTRATADA para negociar a redução dos preços, mantendo o mesmo objeto, na quantidade e nas especificações indicadas na proposta, em virtude da redução dos preços de mercado, ou de itens que compõem o custo, cabendo à CONTRATADA apresentar as informações solicitadas pelo órgão da NUCLEP administrador do contrato

10.3 Para solicitar o reequilíbrio econômico, a contratada deverá apresentar obrigatoriamente junto com a proposta, a planilha de custos por veículo conforme anexo VII do Termo de Referência, a fim de comprovação do aumento de preços repercutido no valor contratado.

11.0 DO EMPENHO

11.1 Tão logo seja emitido o competente empenho, seus dados, bem como sua classificação programática, serão objeto de adendo ao presente contrato.

12.0 DO RECEBIMENTO DOS SERVIÇOS

12.1 O objeto deste Contrato será recebido provisoriamente pelo órgão da NUCLEP administrador do contrato, mediante assinatura, por ambas as partes do Termo Circunstanciado, no prazo de até 05 (cinco) dias úteis, ao final de cada período mensal ou ao final da prestação do serviço.

12.2 O objeto deste Contrato será recebido definitivamente pelo órgão da NUCLEP administrador do contrato, mediante a assinatura, por ambas as partes, do Termo Circunstanciado, no prazo de até 07 (sete) dias corridos, contados da emissão do Termo de Recebimento Provisório.

12.3 O recebimento definitivo será realizado pelo gestor do contrato, mediante conclusão do ateste da execução dos serviços. Ou seja, terminada a conferência e



caso existam irregularidades que impeçam a liquidação e o pagamento da despesa, será solicitado à CONTRATADA, por escrito as respectivas correções.

12.4 E em não existindo irregularidades, a CONTRATADA será comunicada para que emita a Nota Fiscal ou Fatura com valor exato dimensionado pelo fiscal com base nas especificações deste Contrato e seus anexos, utilizando índice de Medição de Resultado (IMR), se for o caso.

12.5 O recebimento provisório ou definitivo do objeto não exclui a responsabilidade civil da CONTRATADA, pela solidez e segurança do serviço, nem ético-profissional pela perfeita execução do contrato, dentro dos limites estabelecidos pela lei ou pelo contrato.

12.6 Se a CONTRATADA deixar de entregar o serviço ou a documentação necessária ao recebimento dentro do prazo estabelecido sem justificativa por escrito, aceita pela NUCLEP, sujeitar-se-á às penalidades previstas neste contrato.

12.7 A NUCLEP poderá a seu exclusivo critério, por conveniência administrativa, dispensar o recebimento provisório dos serviços.

13.0 DA VIGÊNCIA

13.1 A vigência do presente contrato será de 12 (doze) meses, contados da data da sua assinatura.

13.2 A vigência do presente contrato poderá ser prorrogada, até o limite do art. 71, inciso I ou II, da Lei nº 13.303/2016, por acordo entre as partes.

13.3 Caso haja interesse de ambas as partes na prorrogação da contratação, este deverá ser manifestado por escrito à parte contrária antes do término de vigência de cada período contratual.

13.4 A prorrogação de contrato deverá ser promovida mediante celebração de termo aditivo e se for mantida a vantajosidade na contratação para a NUCLEP.

13.5 Nas eventuais prorrogações contratuais, os custos não renováveis já pagos ou amortizados no primeiro ano da contratação serão eliminados na renovação.

14.0 DA SUBCONTRATAÇÃO

14.1 Não será admitida a subcontratação do objeto licitatório, salvo em casos excepcionais, desde que seja informado com até 48 horas de antecedência e seja autorizado por escrito pela Gestão do contrato.



14.1.1 A subcontratação autorizada em casos excepcionais de que trata a cláusula 14.1 se refere somente ao veículo. Não será permitido em nenhuma hipótese a subcontratação da mão de obra.

15.0 DA CESSÃO DE CONTRATO OU DE CRÉDITO E SUCESSÃO CONTRATUAL

15.1 É vedada a cessão ou transferência deste Contrato, total ou parcialmente, ou de qualquer crédito dele decorrente, bem como a emissão, por parte da CONTRATADA, de qualquer título de crédito em razão do mesmo.

15.2 A sucessão contratual será permitida somente em decorrência de operações societárias de fusão, cisão ou incorporação realizada pela CONTRATADA, e desde que:

- I. Previamente analisado e consentido pela NUCLEP, considerando eventuais riscos ou prejuízos para o adimplemento contratual;
- II. Sejam mantidas todas as condições contratuais, inclusive quanto aos requisitos de habilitação originais; e
- III. Exista expressa concordância do sucessor em assumir a responsabilidade pela execução do presente Contrato e receber os créditos dele decorrentes.

16.0 DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

16.1 Além das obrigações específicas relacionadas ao objeto e consignadas no Anexo I – Termo de Referência, constituem ainda obrigações da CONTRATADA:

16.2 Executar o objeto de acordo com as condições, especificações e quantitativos estipulados no Contrato e seus Anexos;

17.2.1 Em caso de conflito entre os termos deste contrato e os da proposta da CONTRATADA, prevalecem os termos deste contrato.

17.2.2 No caso de termos omissos neste contrato, porém presentes na proposta da CONTRATADA, aplicam-se os termos da proposta da CONTRATADA, e vice-versa.

16.3 Responder por todas as despesas referentes às obrigações decorrentes do direito de propriedade intelectual, trabalhistas, tributárias, previdenciárias, fiscais e de acidentes de trabalho no ambiente da CONTRATANTE;

16.4 Vedar a utilização, na execução dos serviços, de empregado que seja familiar de agente público ocupante de cargo em comissão ou função de confiança no órgão Contratante, nos termos do artigo 7º do Decreto nº 7.203, de 2010;

16.5 Prestar os serviços dentro dos parâmetros e rotinas estabelecidas e dos padrões exigidos pela NUCLEP, em observância às normas e regulamentos aplicáveis



e às recomendações aceitas pela boa técnica, sempre orientando seus empregados a executarem suas tarefas com presteza, rapidez e eficiência;

16.6 Comunicar a NUCLEP, por escrito, qualquer anormalidade ou irregularidade e prestar os esclarecimentos julgados necessários;

16.7 Manter, durante toda a execução do contrato em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação apresentadas na licitação, comprovando-as sempre que solicitado pela NUCLEP;

16.8 Reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, o objeto do Contrato em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções decorrentes da execução;

16.9 Responsabilizar-se pelo pagamento de todos os encargos e tributos, que incidam ou venham a incidir, direta ou indiretamente, sobre a execução do objeto deste Contrato;

16.10 Permitir vistorias e acompanhamento da execução do objeto pelo Gestor do Contrato ou outro representante formalmente designado pela NUCLEP, fornecendo-lhe todas as informações necessárias para a utilização e monitoramento do serviço contratado;

16.11 Abster-se de contratar serviços de empregados pertencente ao quadro de pessoal da NUCLEP durante a execução dos serviços mencionados;

16.12 Não utilizar qualquer trabalho de menor de dezesseis anos, exceto na condição de aprendiz para os maiores de quatorze anos; nem permitir a utilização do trabalho de menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre;

16.13 Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, ficando a NUCLEP autorizada a descontar da garantia ou dos pagamentos devidos à CONTRATADA, o valor correspondente aos danos sofridos;

16.14 cumprir as orientações ou notificações do fiscal/Comissão Executora (Fiscalizadora / Gestora) do Contrato relacionadas à perfeita execução do seu objeto;

16.15 Reparar ou ressarcir a NUCLEP ou a terceiros por quaisquer danos ou prejuízos causados em decorrência da execução dos serviços, cuja responsabilidade não é excluída ou reduzida pela presença de fiscalização ou pelo acompanhamento da execução por parte da NUCLEP.

17.0 DAS OBRIGAÇÕES DA NUCLEP

17.1 Além das obrigações específicas estabelecidas em lei e aquelas definidas no Anexo I – Termo de Referência, constituem ainda obrigações da NUCLEP:

17.2 Receber o objeto contratado provisória e definitivamente, observadas as regras deste instrumento e de seus anexos;



17.3 Efetuar os pagamentos devidos à CONTRATADA, nas condições estabelecidas neste Contrato, mediante documento fiscal devidamente atestado;

17.4 Designar fiscal/gestor para acompanhar o cumprimento das obrigações assumidas pelas partes neste Contrato, atribuindo-lhe competência para avaliar a execução dos serviços, notificar e fixar prazo para a CONTRATADA corrigir eventuais imperfeições no curso da execução dos serviços, liquidar a despesa e atestar o adimplemento das obrigações;

17.5 Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pela CONTRATADA, de acordo com as cláusulas contratuais, o Termo de Referência e os termos de sua proposta;

17.6 Prestar todas as informações e os esclarecimentos que venham a ser solicitados pelo preposto da CONTRATADA, necessários à perfeita execução do objeto deste Contrato;

18.0 DO ACOMPANHAMENTO CONTRATUAL

18.1 Durante a vigência deste Contrato a execução dos serviços será acompanhada e fiscalizada pela GERÊNCIA DE LOGÍSTICA - ALG, especialmente designada, na forma do Regulamento de Licitações e Contratos da NUCLEP.

18.2 O acompanhamento contratual é pressuposto para o recebimento provisório ou definitivo do seu objeto, mas não exclui a responsabilidade civil da CONTRATADA pela solidez e segurança com relação ao serviço contratado, nem ético-profissional pela perfeita execução do contrato, dentro dos limites estabelecidos pela lei ou pelo Contrato.

18.3 Qualquer desconformidade quanto ao objeto contratado, apontada pela comissão ou pelo Fiscal (Gestor ou Executor) do Contrato, acarretará a rejeição do objeto, devendo a CONTRATADA providenciar as devidas correções ou o correto adimplemento da obrigação.

18.4 As irregularidades apontadas pela comissão ou pelo Fiscal (Gestor ou Executor) do Contrato durante o acompanhamento da execução, ou no momento do recebimento, deverão ser sanadas até o prazo previsto para o adimplemento da obrigação, sob pena da aplicação das penalidades cabíveis.

18.5 A NUCLEP acompanhará e fiscalizará a prestação dos serviços descritos neste Contrato, anotando, em registro próprio, todas as ocorrências relacionadas com a execução do objeto, determinando o que for necessário à regularização de vícios, defeitos, imperfeições, falhas, irregularidades ou incorreções observados, encaminhando os apontamentos à autoridade superior competente para as providências cabíveis, de modo a zelar pelo perfeito e integral cumprimento do objeto.

19.0 DAS PENALIDADES



19.1 Pela inexecução total ou parcial deste Contrato, pelo retardamento da execução de seu objeto e pela falha ou fraude na sua execução, a NUCLEP poderá, garantida a prévia defesa, aplicar à CONTRATADA as seguintes sanções:

- I. Advertência, na ocorrência das seguintes hipóteses:
 - a. Descumprimento das obrigações assumidas contratualmente, desde que não acarretem prejuízos para a NUCLEP;
 - b. Execução insatisfatória, descumprimento de exigência expressamente formulada pela NUCLEP, inobservância de qualquer obrigação legal ou inexecução dos serviços, desde que a sua gravidade não recomende o enquadramento nas sanções tratadas nos incisos III ou IV desta Cláusula;
 - c. Pequenas ocorrências que, apesar de não acarretarem prejuízos, causam transtornos no desenvolvimento dos serviços internos da NUCLEP.

- II. Multa, observada a dosimetria definida nas tabelas 1 e 2 do item 21.1 – II do TR e:
 - a. Em caso de descumprimento dos prazos estabelecidos no Contrato a multa moratória será equivalente a 0,70% (setenta centésimos por cento) sobre o valor da obrigação inadimplida, por dia de atraso, limitado ao máximo de 10% (dez por cento) sobre o valor do contrato, considerando-se os dias consecutivos a partir do dia útil imediatamente subsequente ao do vencimento da obrigação;
 - b. Nos casos de inexecução total do objeto, a multa será de 15% (quinze por cento) sobre o valor total atualizado deste Contrato;
 - c. Pela inexecução parcial do contrato ou pelo descumprimento de cláusula contratual, a multa será de 10% (dez por cento), sobre o valor total das obrigações ainda inadimplidas, desde que a hipótese não esteja considerada em acordo de níveis de serviço com ajuste de pagamento;
 - d. Pela rescisão unilateral do Contrato por culpa da CONTRATADA, será aplicada multa de 15% (quinze por cento) calculada sobre o valor total atualizado do Contrato;

- III. A penalidade de suspensão temporária do direito de licitar e contratar com a NUCLEP, que será aplicada nos seguintes prazos e situações:
 - a. Por 06 (seis) meses quando ocorrer atraso no cumprimento das obrigações assumidas contratualmente, que tenha acarretado prejuízos à NUCLEP, ou quando ocorrer execução insatisfatória dos serviços, se já houver sido aplicada a penalidade de advertência;



- b. Por 01 (um) ano quando a CONTRATADA der causa à rescisão do Contrato.
 - c. Por 02 (dois) anos quando, em relação a NUCLEP, a CONTRATADA demonstrar não possuir idoneidade para contratar em virtude de atos ilícitos praticados, cometer atos ilícitos que lhe acarretem prejuízo, lhe apresentar qualquer documento falso ou falsificado, no todo ou em parte. Esse mesmo prazo será aplicado se a CONTRATADA sofrer condenação definitiva pela prática de fraude fiscal, no recolhimento de quaisquer tributos.
- IV. a penalidade de impedimento de licitar e contratar com a NUCLEP e descredenciamento no SICAF ou nos sistemas de cadastramento de fornecedores, pelo prazo não superior a 02 (dois) anos, se a CONTRATADA falhar ou fraudar a execução deste contrato, comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude fiscal.

19.2 As multas aplicadas não impedem a extinção do Contrato na forma dos preceitos de direito privado, observada a Cláusula de Rescisão deste Contrato, e podem ser aplicadas juntamente com as outras sanções previstas nesta Cláusula, facultada a defesa prévia da CONTRATADA, no respectivo processo.

19.3 Na aplicação das sanções serão levados em consideração a gravidade da conduta do infrator, o caráter educativo da pena, a caracterização da má-fé e o dano causado à NUCLEP, observado o princípio da proporcionalidade e eventuais hipóteses atenuantes ou agravantes definidas no Regulamento de Licitações e Contratações da NUCLEP.

19.4 Contra a decisão de aplicação de penalidade, a CONTRATADA poderá interpor recurso no prazo de 5 (cinco) dias úteis após a notificação da decisão.

19.5 Quando aplicadas, as multas serão descontadas dos pagamentos eventualmente devidos pela NUCLEP ou deduzidas da garantia prestada. Inexistindo créditos devidos ou sendo este insuficiente, caberá à CONTRATADA efetuar o pagamento do que for devido, no prazo máximo de 10 (dez) dias corridos, contados da data da comunicação de confirmação da multa, ressalvada a possibilidade de sua cobrança judicial.

19.6 As penalidades serão obrigatoriamente registradas no SICAF.

19.7 Às Partes deste contrato serão aplicados, no que couber:

- I. Os termos da Lei nº 12.527/2011 e do Decreto nº 7.724/2012, no caso de uso indevido de informações sigilosas relacionados ao presente Contrato; e
- II. Os termos da Lei nº 12.846/2013 e do Decreto nº 8.420/2015, no caso de atos lesivos à Administração Pública, nacional ou estrangeira.

20.0 DA ALTERAÇÃO DO CONTRATO



- 20.1 O contrato somente poderá ser alterado por acordo entre as partes.
- 20.2 O contrato poderá ser alterado por acordo entre as partes nos seguintes casos:
- 20.2.1 Quando houver modificação do projeto ou das especificações, para melhor adequação técnica aos seus objetivos;
 - 20.2.2 Quando necessária à modificação do valor contratual em decorrência de acréscimo ou diminuição quantitativa de seu objeto;
 - 20.2.3 Quando conveniente à substituição da garantia de execução;
 - 20.2.4 Quando necessária à modificação da forma de pagamento, por imposição de circunstâncias supervenientes, mantido o valor inicial atualizado, vedada a antecipação do pagamento, com relação ao cronograma financeiro fixado, sem a correspondente contraprestação de fornecimento de bens;
 - 20.2.5 Para restabelecer a relação que as partes pactuaram inicialmente entre os encargos da CONTRATADA e a retribuição da NUCLEP para a justa remuneração do fornecimento, objetivando a manutenção do equilíbrio econômico-financeiro inicial do contrato, na hipótese de sobrevirem fatos imprevisíveis, ou previsíveis, porém de consequências incalculáveis, retardadores ou impeditivos da execução do ajustado, ou, ainda, em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe, configurando álea econômica extraordinária e extracontratual.
- 20.3 Em havendo alteração do contrato que aumente os encargos da CONTRATADA, deverá restabelecido, por aditamento, o equilíbrio econômico-financeiro inicial.

21.0 DA GARANTIA

21.1 Após a celebração do contrato e no prazo de 5 (cinco) dias contados da convocação, prorrogável por igual período, a CONTRATADA deverá optar pela prestação de uma das seguintes garantias, correspondente a 5% (cinco por cento) do valor do presente Contrato:

- a) Caução em dinheiro, depositada em favor da NUCLEP, de acordo com as orientações fornecidas no momento da convocação;
- b) Seguro-garantia, mediante apólice de seguro emitida por Instituição autorizada pela SUSEP a operar no mercado securitário, que não se encontre sob regime de Direção Fiscal, Intervenção, Liquidação Extrajudicial ou Fiscalização Especial, e que não esteja cumprindo penalidade de suspensão imposta pela SUSEP; ou
- c) Carta de Fiança Bancária emitida por Instituição Financeira autorizada pelo Banco Central do Brasil-BACEN para funcionar no Brasil e que não se encontre em processo de liquidação extrajudicial ou de intervenção do BACEN e que, por si ou pelos



acionistas detentores de seu controle, não participem do capital ou da direção da CONTRATADA.

21.2 Quando a opção da CONTRATADA recair sobre seguro-garantia, o Instrumento de Apólice de Seguro deve prever expressamente:

- I. Responsabilidade da seguradora por todas e quaisquer multas de caráter sancionatório, aplicadas à CONTRATADA em decorrência do presente Contrato;
- II. Vigência ao longo de todo o prazo contratual, observado o inciso III, a seguir;
- III. Limite de 90(noventa) dias, contados do término da vigência contratual, para apuração de eventual inadimplemento da CONTRATADA e para a comunicação da expectativa de sinistro ou do efetivo aviso de sinistro, observados os prazos prescricionais pertinentes.

21.3 Quando a opção da CONTRATADA recair sobre seguro-garantia, o Instrumento de Apólice de Seguro deve prever expressamente:

I. Renúncia expressa, pelo fiador, ao benefício de ordem disposto no artigo 827 do Código Civil;

II. Vigência ao longo do prazo contratual, observado o inciso III, a seguir;

III. Limite de 90 (noventa) dias, contados do término da vigência contratual, para apuração de eventual inadimplemento da CONTRATADA e para a comunicação da sua ocorrência à Instituição Financeira, observados os prazos prescricionais pertinentes.

21.4 Toda e qualquer garantia prestada pela licitante vencedora:

I. Somente poderá ser levantada 90 (noventa) dias após a extinção do contrato, e quando em dinheiro, atualizada monetariamente;

II. Poderá, a critério da NUCLEP, ser utilizada para cobrir eventuais multas e/ou para cobrir o inadimplemento de obrigações contratuais, sem prejuízo da indenização eventualmente cabível. Nesta hipótese, no prazo máximo de 15 (quinze) dias corridos após o recebimento da notificação regularmente expedida, a garantia deverá ser reconstituída;

III. Ficará retida no caso de rescisão contratual, até definitiva solução das pendências administrativas ou judiciais.

21.5 A CONTRATADA deve obter do garantidor anuência em relação à manutenção da garantia prestada, nos casos de alteração do Contrato, sempre que este for garantido por fiança bancária ou seguro-garantia, observado o prazo máximo de 15 (quinze) dias após a assinatura do aditivo ou apostilamento, conforme o caso.



21.6 Se ocorrer perda ou insuficiência da garantia, por qualquer motivo, a CONTRATADA deverá providenciar a sua complementação ou substituição no prazo máximo de 15 (quinze) dias após o recebimento da notificação regularmente expedida pela NUCLEP ou pactuado em aditivo ou em apostilamento, observadas as condições originais para aceitação da garantia estipulada nesta Cláusula.

21.7 Sem prejuízo das sanções previstas na lei, neste Contrato e seus anexos, a não prestação da garantia exigida será considerada descumprimento de cláusula contratual.

22.0 DA RESCISÃO DO CONTRATO

22.1 O instrumento contratual poderá ser rescindido unilateralmente pela NUCLEP, independentemente de notificação ou de interpelação, judicial ou extrajudicial, nas seguintes hipóteses:

- 22.1.1 Diante do não cumprimento ou cumprimento irregular de cláusulas contratuais, especificações, projetos ou prazos;
- 22.1.2 Diante da lentidão do seu cumprimento, levando a NUCLEP a comprovar a impossibilidade da conclusão da obra, do serviço ou do fornecimento, nos prazos estipulados;
- 22.1.3 Diante do atraso injustificado no início da obra, serviço ou fornecimento;
- 22.1.4 Pela paralisação da obra, do serviço ou do fornecimento, sem justa causa e prévia comunicação à NUCLEP;
- 22.1.5 Pelo desatendimento das determinações regulares da autoridade designada para acompanhar e fiscalizar a execução do contrato, assim como as de seus superiores; e,
- 22.1.6 Pelo cometimento reiterado de faltas na sua execução.
- 22.1.7 A associação da contratada com outrem, a cessão ou transferência, total ou parcial, bem como a fusão, cisão ou incorporação não admitidas no edital e no contrato;
- 22.1.8 Decretação de falência ou a instauração de insolvência civil da contratada;
- 22.1.9 Alteração social ou a modificação da finalidade ou da estrutura da empresa que prejudique a execução do contrato;
- 22.1.10 Ocorrência de caso fortuito ou de força maior, regularmente comprovado, impeditivo da execução do contrato.

23.0 DA FORÇA MAIOR



23.1 A ocorrência de caso fortuito ou de força maior na execução do objeto do contrato deverá ser comunicada por escrito pela CONTRATADA, no prazo de até 48h (quarenta e oito horas), contadas da data do evento, na qual deverá descrever minuciosamente o fato e fazer prova da sua existência.

23.2 Em nenhuma hipótese serão considerados casos fortuitos ou de força maior prejuízos que, eventualmente, venham a ser causados à NUCLEP, por imperícia, negligência, imprudência ou omissão dos empregados/colaboradores/prepostos da CONTRATADA ou de terceiros.

23.3 A ocorrência de caso fortuito ou de força maior excluirá a responsabilidade da CONTRATADA pelos danos emergentes e lucros cessantes causados à NUCLEP, salvo se estiver em mora e aquele ocorrer durante o atraso do adimplemento da obrigação.

23.4 As sanções administrativas não serão aplicadas se a inexecução total ou parcial do contrato se der em virtude de caso fortuito ou de força maior.

23.5 A ocorrência de caso fortuito ou de força maior, desde que acarretem o impedimento à execução do objeto do contrato, é motivo para a rescisão unilateral contratual pela NUCLEP.

24.0 DA ANTICORRUPÇÃO

24.1 As partes declaram, neste ato, que conhecem e entendem os termos da Lei Federal nº 12.846/2013 (lei anticorrupção) e sua legislação correlata e estão cientes que, na execução do eventual futuro contrato, é vedado às partes incluindo seus empregados, prepostos e/ou gestores:

24.1.1 Prometer, oferecer ou dar, direta ou indiretamente, vantagem indevida a agente público ou a quem quer que seja, ou a terceira pessoa a ele relacionada;

24.1.2 Criar, de modo fraudulento ou irregular, pessoa jurídica para celebrar o eventual futuro contrato;

24.1.3 Obter vantagem ou benefício indevido, de modo fraudulento, de modificações ou prorrogações do presente contrato, sem autorização em lei, no ato convocatório da licitação ou nos respectivos instrumentos contratuais;

24.1.4 Manipular ou fraudar o equilíbrio econômico-financeiro do eventual futuro contrato; ou

24.1.5 De qualquer maneira fraudar o presente contrato; assim como realizar quaisquer ações ou omissões que constituam prática ilegal ou de corrupção, nos termos da Lei nº 12.846/2013, do Decreto nº 8.420/2015 ou de quaisquer outras leis ou regulamentos aplicáveis, ainda que não relacionadas com o eventual futuro contrato.



25.0 DA MATRIZ DE RISCOS

25.1 A CONTRATADA e a NUCLEP, tendo como premissa a obtenção do melhor custo contratual, mediante a alocação do risco à parte que detenha maior capacidade para geri-lo e absorvê-lo, identificam os riscos decorrentes da relação contratual e, sem prejuízo de outras previsões contratuais, estabelecem os respectivos responsáveis, na MATRIZ DE ALOCAÇÃO E GESTÃO DE RISCOS (ANEXO III).

26.0 DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

26.1 Este Instrumento Contratual representa tudo o que foi pactuado de comum acordo entre a NUCLEP e a CONTRATADA com relação ao objeto nele previsto.

26.2 Os casos omissos serão analisados pelos representantes legais das Partes, com o intuito de solucionar o impasse, sem que haja prejuízo para nenhuma delas, tendo por base o que dispõem a Lei nº 13.303/2016 e demais legislações vigentes aplicáveis à espécie.

26.3 Eventual omissão ou tolerância quanto à exigência do cumprimento das obrigações contratuais ou ao exercício de prerrogativa decorrente deste Contrato não constituirá renúncia ou novação nem impedirá as partes de exercerem os seus direitos a qualquer tempo.

26.4 Integram o presente Contrato:

- I. Anexo I – Termo de Referência (TR)
- II. Anexo II – Proposta
- III. Anexo III – Matriz de Risco

27.0 DO FORO

27.1 As partes elegem o foro da cidade de Itaguaí para dirimir quaisquer questões oriundas do cumprimento do presente Contrato, com exclusão de qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

E, por estarem justas e contratadas, firmam o presente instrumento em 2 (duas) vias, de igual forma e teor.

Itaguaí, de _____ de 20__.

NUCLEBRÁS EQUIPAMENTOS PESADOS S/A – NUCLEP
CNPJ: 42.515.882/0003-30

Representante Legal



Representante Legal

Itaguaí, de _____ de 20__.

CONTRATADA
CNPJ:

Representante Legal

